

## REALIDADE DAS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE E O GESTOR UNIVERSITÁRIO

Arlindo Francisco da SILVA FILHO\*

Ana Cláudia Araújo SANTOS\*\*

Viviane Ribeiro VALENÇA\*\*\*

**RESUMO:** Considerando-se que desde a Constituição Federal de 1988, os acervos de Ciência e Tecnologia (C&T) são considerados patrimônio cultural brasileiro, os autores focam seus olhares sobre a realidade desses acervos no âmbito da UFPE, especificamente, sobre os que compõem o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade, localizados no Centro de Tecnologia e Geociências. A partir de visitas, entrevistas com gestores de alguns acervos universitários e revisão bibliográfica, avaliam a importância histórico - social destes, como constituintes da memória científica e universitária, e fazem considerações sobre a efetividade da gestão universitária sobre esse patrimônio cultural.

**PALAVRAS CHAVES:** acervos de ciência e tecnologia, gestão universitária, patrimônio de ciência e tecnologia.

**ABSTRACT:** Considering that since the Federal Constitution of 1988, the collection of Science and Technology (S&T) are considered Brazilian cultural heritage, the authors focus their eyes on the reality of these collections under the UFPE, specifically, on those that the make-up of the Cultural Heritage Science and Technology University, located in the Technology and Geosciences Center. From visits, interviews with managers of some university collections and literature review, evaluate historical - social significance as constituents of scientific and academic memory, and make considerations about the effectiveness of university management about this cultural heritage.

**KEYWORDS:** collections of science and technology, university management, heritage in science and technology.

O Brasil possui rico acervo científico e tecnológico, acumulado principalmente entre os séculos XVIII e XX, e que outrora utilizados nas indústrias e nos ambientes voltados ao ensino e pesquisas, incluindo-se às universidades, escolas técnicas, academias de ciências, instituto de pesquisas entre outros, constituem hoje, o que denominamos Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCCT).

Podemos então considerar que o PCCT traz consigo a importância de retratar os diferentes estágios de produção e ensino do conhecimento científico e tecnológico no Brasil, carregando em si as memórias dos modos de conhecer, pesquisar e ensinar, bem como os caminhos percorridos pela tecnologia ao longo dos tempos.

---

\* Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública (PMGP) da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Médico e Turismólogo. Bacharelado em Museologia pela UFPE. E-mail: arlindofilho@ig.com.br

\*\* Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Museóloga. E-mail: anaclaudiasantos@gmail.com

\*\*\* Mestranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Historiadora. E-mail: vivianne.valenca@gmail.com

Desta maneira, o PCCT funcionaria tanto como documento histórico per si, como elemento de comunicação entre a ciência e a sociedade, pois através de uma revisita a tais acervos, podemos entender o caminhar das ciências no nosso País, necessitando, portanto, serem alvo de medidas preservacionistas sérias e efetivas.

De acordo com Reis (REIS *apud* CRESTANA, CASTRO, PEREIRA, 1998 p.5),

A história das ciências e das ideias científicas não podem ser esquecidas, uma vez que se trata de um dos melhores e mais atraentes meios para apuração do sentido e do valor das descobertas. Impossível é dissociar da informação científica a preocupação com suas possíveis implicações...

Várias são as discussões em torno do que deveria ser considerado Patrimônio de Ciência e Tecnologia. No entanto, nesse trabalho optou-se por adotar a definição de Patrimônio Científico proposta por Marcus Granato (GRANATO, 2011, p.1; GRANATO, CÂMARA E MAIA, 2010 p.2):

Em relação ao que constitui patrimônio de C&T<sup>1</sup>, consideramos o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos (até mesmo documentos em suporte papel), inclusive as coleções arqueológicas, etnográficas e espécimes das coleções biológicas que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico. Também se incluem nesse grande conjunto as construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos.

De acordo com Delicado, “a cultura científica é uma das várias designações usadas para descrever a relação entre ciência e o público (...) que tem vindo a ser instituída como um “problema social”, que carece de consideração social, análise científica e intervenção política”. (DELICADO, 2006 p. 53).

Segundo a autora é importante que os avanços da tecnologia sejam participados por todos, entendendo isto como um modo de acesso e de exercício de “cidadania democrática”, uma vez que contribui de forma efetiva para a formação educacional.

A preocupação por uma divulgação dos achados científicos, não apenas de forma exclusiva ou dirigida para a sociedade especializada, mas também de forma compreensível para a sociedade em geral é preocupação antiga, já referida por Einstein (EINSTEIN *apud* CRESTANA, CASTRO e PEREIRA, 1998 p.13):

Não basta que os resultados das investigações sejam conhecidos, elaborados e aplicados por alguns poucos especialistas. Se os conhecimentos científicos limitam-se a um pequeno grupo de homens, debilita-se a mentalidade filosófica de um povo, que assim caminha para o seu empobrecimento espiritual.

Granato e Lourenço afirmam que "No Brasil o patrimônio cultural tangível da Ciência e Tecnologia está, em sua grande maioria, para ser descoberto", e que “o conhecimento sobre o tema é restrito” (GRANATO E LOURENÇO, 2010 p.10).

Apontam ainda os autores, que uma das dificuldades para tais estudos, reside no fato de alguns objetos/instrumentos, principalmente produzidos ou utilizados no País entre o século XVIII e o início da segunda metade do século XX, haver sido “modernizados ou descartados” muitas vezes como resultado de busca ou substituição por aparatos mais modernos que representem maior contemporaneidade tecnológica ou que atendam mais prontamente as necessidades das pesquisas e dos pesquisadores (GRANATO E LOURENÇO, 2010 p.10).

---

<sup>1</sup> C&T: Ciência e Tecnologia

Granato e Lourenço consideram ainda que tais ocorrências se devem ao fato de que poucas instituições se interessam efetivamente pela preservação de tais objetos, situação essa expressa pela pouca valorização destes, no âmbito institucional, como marco histórico ou representativo da evolução pela qual a ciência e conseqüentemente a instituição tem passado.

Considerando que no decorrer de nossas vidas entramos em contato com incerto número de objetos, que conseguem, de acordo com suas especificidades, se transformar, de maneira mais ou menos efetiva, em verdadeiros marcos de memória, percebemos que “a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” onde tais objetos apresentariam a propriedade de nos reportar a períodos, fatos ou situações passadas e marcantes (POLLACK, 1992 p.200).

Desta maneira, podemos perceber que os objetos que compõe os acervos de ciência e tecnologia poderiam até perder seus significados originais, quando analisados sob a ótica contemporânea da funcionalidade, no entanto, guardariam elementos capazes de ativar nossa memória, por estabelecerem uma comunicação entre o passado e a significância deste para quem se põe diante do objeto.

De acordo com Granato e Miranda (GRANATO E MIRANDA, 2011 p. 280-281), os objetos são:

Configurados na produção artística ou nos artefatos de uso cotidiano, os objetos têm sido preteridos como fonte de análise histórica em muitas correntes historiográficas, apesar de sua força discursiva. Por outro lado, obras de arte e objetos somente têm existência através de sua relação com a sociedade, caso contrário seus discursos são inexistentes.

No caso do patrimônio cultural relacionado à Ciência e Tecnologia (C&T), aqueles objetos que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico não são mais utilizados para reproduzir, questionar ou estudar os fenômenos físicos. Não mantêm, portanto, o mesmo valor de uso comum, no caso o funcional, mas um valor, agora redimensionado, baseado em seu significado e nas informações que podemos obter a partir deles.

Baudrillard ao focar seu interesse pelos mecanismos de funcionamento do objeto na sociedade e não apenas com seu valor funcional de uso direto, argumenta que os objetos antigos apresentariam uma diferença fundamental em relação aos “novos”, os chamados “funcionais”.

Segundo o mesmo, os objetos novos apresentariam uma riqueza de funcionalidade associada a uma pobreza de significados, enquanto que os objetos antigos se apresentam com elevada pobreza de funcionalidade e uma expressiva riqueza de significados, estes “privadíssimos” por remeterem a uma temporalidade ancestral (BAUDRILLARD, 1989).

Argumenta ainda Baudrillard, que os objetos antigos ao ocuparem lugar privilegiado no mundo dos significados, não teriam sua veracidade questionada, pois ao serem percebidos como elementos mitológicos, não apresentariam defeitos, seriam perfeitos (BAUDRILLARD, 1989).

Compreendemos que o objeto antigo, apesar de aparentar estar “sobrando”, uma vez que, com o tempo, já se desfez o contexto em que foi criado, adquirido, e que aos olhos da contemporaneidade não encontra lugar para exercer suas funções iniciais, consegue assumir significâncias que o tornam único, de forma a não depender de outros objetos, para se apresentar com sentidos.

Assim percebemos que o objeto antigo transita entre os diferentes estilos de tendências de época, mantendo-se atual na sua ressignificação, assumindo papéis diferenciados e importância que superam por vezes a da sua funcionalidade original,

Compreende-se então, que dentro do campo das ressignificações, alguns objetos ao serem ressignificados passam conseqüentemente, a pertencer à outra categoria classificatória, uma vez que, as reclassificações representam, além da mudança no foco do olhar ao objeto destinado, uma mudança de sua valoração tanto financeira como psicológica.

Gonçalves chama atenção para a importância do acompanhamento dos “deslocamentos e transformação” dos objetos dentro da dinâmica social, considerando a descrição e a análise das forças e significados destes deslocamentos bem como as ressignificações e reclassificações a que são submetidos, uma vez que entendendo a dinâmica a que os objetos estão submetidos, poderemos analisar e entender as dinâmicas sociais vigentes para determinada sociedade (GONÇALVES, 2007).

Os antropólogos, através do estudo dos objetos e coleções, defendem a ideia que podemos entender melhor o “funcionamento” do homem como ser social, sua transformação cultural ao longo dos séculos, bem como compreender suas dinâmicas, utilizando-se para tal a teia de significados que aos objetos são dados pelas diferentes comunidades.

Gonçalves (2007) considera que exista um sistema de comunicação mediada pelos objetos, onde os mesmos funcionariam como portador de significâncias que variariam do particular para o geral e, relaciona os objetos com a comunicação do status ou camada social a que pertenceria seu possuidor, pois agregariam simbolismo, entendido pela sociedade que o referencia, como pertencente à determinada classe social.

Assim, caminhando nessa linha de pensamento, ao extrapolarmos tais considerações para o âmbito universitário, poderíamos relacionar os objetos, em sua quantificação e qualificação, com o “prestígio” de determinado Departamento ou com o envolvimento de determinados docentes ou grupo destes no campo das pesquisas.

Importante o destaque de que, quando nos referimos aos objetos que compõem as coleções e acervos de C&T, buscamos seu valor de testemunho de um tempo, da evolução de determinada tecnologia e principalmente da capacidade criativa do homem, além de valores afetivos ou de reconhecimento meritocráticos a ele agregados por seus antigos “donos” ou de maneira mais abrangente pela instituição que dele se utilizou.

Desta maneira, ao se analisar as múltiplas possibilidades de ressignificação dos objetos de Ciência e Tecnologia (C&T), devem ser consideradas, suas amplas potencialidades no campo do ensino e da pesquisa, além da percepção destes, como elementos chaves na preservação da História e Memória da evolução científica no Brasil e em especial da UFPE.

## **1. A UFPE e seu do patrimônio cultural de ciência e tecnologia**

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tem como data de início de sua história, a Fundação da Universidade do Recife em 11 de agosto de 1946, que reuniu instituições de ensino já existentes desde o final do século XIX e início do século XX, como a Faculdade de Direito do Recife (fundada em 1827), a Escola de Engenharia de Pernambuco (criada em 1895), as Faculdades de Farmácia, Medicina e Odontologia (fundada a partir de 1902) e Filosofia (fundada em 1941), além da Escola de Belas Artes (fundada em 1932), (UFPE, 2011).

O ano de 1948 marca o início da construção do campus universitário, projeto do arquiteto veneziano Mario Russo. A partir 1965 a Universidade do Recife “passou a integrar o novo sistema de educação do País com o nome de Universidade Federal de Pernambuco, autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC)”, (UFPE, 2011).

Atualmente a UFPE possui uma considerável estrutura, que a faz ser considerada uma das maiores e melhores instituições de ensino superior do País, composta por:

... 03 campi (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão), onde se localizam 12 Centros Acadêmicos, 95 cursos de graduação (85% deles no campus Recife), 03 cursos de graduação à distância; 116 cursos de pós-graduação stricto sensu, sendo 65 Mestrados Acadêmicos, 06 Mestrados Profissionais e 45 Doutorados, 64 cursos de pós-graduação lato sensu (especializações), 28.688 alunos nos cursos de graduação, 2.750 alunos nos cursos de mestrado acadêmico; 360 alunos em mestrados profissionais, 1.600 alunos em doutorados, 1.500 alunos

nos cursos de especialização, 2.366 professores, sendo 66,91% com título de Doutor e 3.893 servidores técnico-administrativos, além do Colégio de Aplicação, Bibliotecas, Laboratórios e Livraria Editora Universitária (UFPE, 2011).

O Centro de Tecnologia e Geociências da UFPE - Escola de Engenharia de Pernambuco (CTG-EEP) ocupa uma área construída de 50.163m<sup>2</sup> e resultou da fusão da antiga Escola de Engenharia de Pernambuco com a Escola de Química, a Escola de Geologia, o Laboratório de Ciências do Mar e o Centro de Energia Nuclear, abrigando hoje, os Departamentos de Engenharia Cartográfica, Civil, Elétrica, Mecânica, Química, Eletrônica e Sistemas, de Produção, de Minas, Energia Nuclear, Oceanografia e Geologia, onde funcionam diversos cursos entre graduação, Mestrado e Doutorados (UFPE, 2011).

Na UFPE, algumas poucas coleções que hoje se encontram organizadas e, dentro do possível, documentadas e preservadas, assim o estão, como fruto da iniciativa de profissionais isolados que, conscientes da importância da história que tais acervos contam, tomaram para si tal incumbência.

Merecem referência neste contexto aquelas que compõem a Micoteca URM do Departamento de Micologia, a Coleção de Culturas de Bactérias UFPE/DA do Departamento de Antibióticos, a coleção do Museu de Minerais e Rochas e Acervo Paleontológico do Curso de Geologia, o acervo do Museu da História da Topografia e Engenharia Cartográfica da UFPE, o Acervo do Museu da Medicina e o acervo do Centro Cultural Benfica. Estas coleções contam com o apoio institucional, porém, o têm de forma precária.

A UFPE desde sua criação, produziu, construiu, adquiriu ou herdou (das instituições que a formaram e de seus professores e colaboradores) objetos, instrumentos, documentos, livros, coleções científicas, que hoje compõem o que denominamos de PCCT.

Ressalte-se que tais patrimônios culturais encontram-se dispersos em seus diversos Departamentos e Laboratórios, entregues em sua maioria, à própria sorte, sem serem alvo de políticas definidas de conservação ou de documentação adequadas, o que se reflete na perda e extravio de parte deste acervo, além da imposição de invisibilidade aos mesmos, obrigando-os a subutilização de suas potencialidades para ensino e pesquisa, além de comprometer o afloramento de um sentimento de pertença entre os integrantes da comunidade acadêmica.

Apesar do CTG-EEP abrigar entre seus muros, quatro museus científicos: o de Minerais e Rochas ligados ao Departamento de Geociências, o Museu da História da Topografia e Engenharia Cartográfica da UFPE, ligado ao Departamento de Engenharia Cartográfica, o Museu de Ciências Nucleares, vinculado ao Departamento de Energia Nuclear e o recentemente inaugurado Museu da Oceanografia do Departamento de Oceanografia, fruto da perseverança de alguns professores, a realidade de seus acervos de maneira mais ampla não difere do restante da universidade.

Os problemas que afligem os gestores dos acervos que compõem o PCCT da UFPE, atuam sobre aqueles localizados no CTG-EEP de maneira semelhante, apresentando-se sob as formas de falta de destinação direta de recursos suficientes e de pessoal para documentação e acondicionamento adequados, além de estudos e pesquisas precárias, o que compromete o conhecimento real da dimensão, condições de conservação, necessidade de restauro, minimização de perdas por danos físicos ou extravio do acervo.

Associe-se também ao conjunto da problemática acima, uma baixa divulgação, o que se apresenta como consequente desenvolvimento insuficiente do sentimento de pertença por parte da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, fato que se reflete diretamente na subutilização do acervo como fonte de ensino e pesquisa.

Pode-se então dizer-se que exista um posicionamento de “passividade” por parte da comunidade acadêmica, sociedade civil e suas instituições, diante da situação real em que se encontram as coleções e acervos de C&T da UFPE, o que se reflete de maneira geral, no precário conhecimento e valoração dos mesmos, determinando um quase inexistente sentimento de

pertença - como já argumentado -, que associado a um aparato legal pouco efetivo ou inexistente tem condenando esse patrimônio ao descaso.

A invisibilidade institucional dos acervos de Ciência e Tecnologia é tão significativa, que apesar de já existirem, conforme comentado, coleções que receberam algum tratamento Museológico e alguma delas receberam alguma ajuda financeira da instituição, apenas os acervos de cerâmica e arte, constam da página digital oficial da UFPE destinada aos acervos museológicos (UFPE, 2011, grifo nosso):

O **Acervo Museológico da Universidade Federal de Pernambuco** reúne toda a coleção de obras de cerâmica da instituição, inclusive com peças do Mestre Vitalino, de Caruaru. Ele possui um sistema de catalogação que tem como objetivo a organização de suas obras de arte de forma a garantir seu controle e ampliar o acesso e a divulgação das informações nele contidas.

Trata-se, infelizmente, de objetos e documentos cuja relevância cultural apenas recentemente tem sido valorizada, pois durante muito tempo foram identificados apenas pelo seu valor funcional ou educacional imediato, ou de maneira mais clara apenas pelo seu valor de uso, e que foram condenados aos depósitos quando de suas substituições por instrumentos tecnologicamente mais avançados, não havendo uma preocupação em valorizar sua história, nem considerar-se a possibilidade de ressignificação de valores e função.

## 2. Cultura científica, legislação, cidadania e o gestor público

O Patrimônio de Ciência e Tecnologia tem desde 1988, proteção definida na Constituição Federal, em seu artigo 216 (BRASIL, 1988, grifos nossos):

Art. 216. **Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - (...)

II - (...)

III - as **criações científicas**, artísticas e **tecnológicas**;

IV - (...);

V - **os conjuntos urbanos** (...) e **científico**.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e **protegerá o patrimônio cultural brasileiro**, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - **Cabem à administração pública, na forma da lei, (...) e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.**

§ 3º - (...).

§ 4º - Os **danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos**, na forma da Lei.

É de perceber-se que apesar da Constituição Federal lhe conferir o direito a proteção, definir a responsabilidade do Poder Público no tocante às ações que resultem na sua proteção, preservação e divulgação, o aparato legal vigente não atua de forma efetiva na tutela desses bens.

Segundo Oliveira e Granato “a legislação brasileira em torno de sua proteção, apesar de atual, é escassa e não leva em consideração as singularidades que este tipo de patrimônio apresenta” o que resultaria em perdas ou abandono significativos de coleções, condenando-as a exposição a agentes degradantes ambientais como luz, umidade, temperatura ou à inacessibilidade social (OLIVEIRA E GRANATO, 2012, p.1).

Considere-se, no entanto, que se tratando de Patrimônio adquirido pelo erário público, constituem o que chamamos de Patrimônio Público, devendo ser os gestores UFPE através de seus diferentes Centros e Departamentos os tutores destes referidos acervos, estando portanto, sob sua responsabilidade, a guarda, preservação e exposição dos mesmos.

Ressalte-se ainda que os objetos que compõem o PCCT representam marcos de um tempo passado e que de forma direta ou indireta contam seus avanços e representam instrumentos de trabalho de vários cientistas que ao longo de seus 66 anos, por seu campi Recife estiveram.

Assim, entendemos como de importância premente, que as diversas coleções ou acervos científicos da UFPE, sejam olhados pela instituição e seus Departamentos, como objetos merecedores de medidas urgentes de salvaguarda, onde se incluem etapas de identificação, documentação e exposição, permitindo assim que toda a comunidade acadêmica possa dela se apropriar para fins de ensino e pesquisa.

Quanto a não efetividade da legislação de proteção do PCCT, o Brasil aparece segundo Oliveira e Granato (op.cit p.2) como o “único País dentre os analisados a proteger o patrimônio de C&T em sua Carta Magna” como visto acima, no entanto, ressalte-se que as condições vivenciadas pelos objetos que compõe os acervos de ciência e tecnologia da UFPE, não lhes são infelizmente exclusivas, mas retratam ocorrência frequente entre tais acervos no Brasil.

Os autores relatam ainda, que ao analisar as “Sessões de Cultura das Constituições Estaduais Brasileiras observaram que sete estados não fazem menção alguma ao patrimônio estudado, dezesseis estados reproduzem os incisos III e V, e quatro estados só reproduzem o III” (OLIVEIRA E GRANATO, 2012 p.2).

No mesmo estudo os autores observam que apenas os Estados de Minas Gerais, Sergipe e os da Região Norte do Brasil apresentam mecanismos próprios diferenciados para proteção do PCCT.

Sabemos que uma grande parcela dos objetos que compõe o patrimônio tangível de C&T, no Brasil habitam os depósitos e museus de ciência, localizados ou vinculados às universidades, principalmente as Públicas e em especial as Federais, uma vez que, segundo Vieira e Vieira (2004 p.181) as mesmas são responsáveis por cerca de 60% da produção científica brasileira, apesar de apenas representarem 5% das instituições de ensino superior no País.

Segundo Heizer (2006 p.57-58), estes acervos são vistos de modo indiferenciado na maioria dos escritos acadêmicos, onde tais acervos são analisados “fora da esfera da cultura”, o que se reflete na constituição de um campo de pesquisa paralelo que “dependendo do entendimento que as políticas públicas venham a ter sobre cultura científica e cultura política e, mais ainda sobre a própria concepção do que é “saber fazer” nas ciências”, poderemos necessitar buscar caminhos alternativos para acesso de projetos, dirigindo-os ao Ministério de Ciência e Tecnologia, “tradicionalmente direcionado para a produção de ciência e tecnologia “*strictu sensu*”, ao invés de encaminhá-los ao Ministério da Educação ou Cultura”.

No entender do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Memória da Ciência e da Tecnologia no Brasil, no que pese algumas iniciativas no sentido de identificá-la, dimensioná-la, documentá-la e protegê-la, em decorrência do desenvolvimento que vem tendo nas últimas décadas, ainda carece de formatação de consciência do Estado em relação as suas responsabilidades neste domínio, uma vez que . “as instituições da esfera pública não percebem a importância da memória da ciência e da tecnologia. O mesmo se pode dizer da sociedade civil, incluindo a comunidade diretamente envolvida com a produção do saber científico e tecnológico” (BRASIL, 2003).

A importância dos acervos de ciência e tecnologia, quanto constituinte de Memória, no entender de Albuquerque, Lellis e Silva, contribui para a construção de uma identidade brasileira no tocante a temática (ALBUQUERQUE, LELLIS e SILVA, 2005 p.2):

A recente proposta para constituição de uma política nacional de memória da ciência e tecnologia veio reforçar a necessidade de desvendar uma história rica e

repleta de desafios que, entre acertos e equívocos, arregimentou, profissionais e instituições na busca de uma identidade genuinamente brasileira na prática do saber e do saber fazer.

Lopes e Bernardes argumentam que nas últimas décadas o vetor do discurso que procura justificar o fomento da cultura científica “apesar de manter a vertente democrática, tende a centrar-se mais sobre a política” (LOPES e BERNARDES, 2005 p.3.).

Segundo Santos (2010 p.205), vem-se percebendo a partir dos anos 60 do século XX, uma vertente crescente dentro das universidades, que vem procurando direcionar seu foco de ação para uma orientação social e política, resultando segundo o autor na “invocação da responsabilidade social da universidade”, fato não assumido pela instituição em passado remoto, e que a vem colocando em situação complicada, uma vez que a mesma passou a ser cobrada, por não divulgar ou traduzir para a prática seus conhecimentos científicos, não os utilizando para atender demandas da sociedade e não participando da movimentação de discussões promovidas pela sociedade.

Sabendo-se que a universidade brasileira está construída sobre três pilares de ação, quais sejam: ensino, pesquisa e extensão, percebe-se que a nova proposta acima referida propõe desviar o vetor de ação das instituições universitárias para ações extensionistas que a aproximarão da comunidade em ações concretas de intervenção na realidade social, em equilíbrio ou detrimento de suas outras duas funções.

Baseando-nos no pensamento de Santos (2010 p.187), podemos considerar que a situação vigente na UFPE decorra, entre outras causas, do não alinhamento do aumento das demandas oriundas da sociedade e das “políticas restritivas de financiamento e suas atividades por parte do Estado”, estando a Universidade caminhando para uma “situação complexa” por não estar preparada para este duplo desafio, muito mais por questões estruturais que por razões circunstanciais ou conjunturais.

Devemos, no entanto considerar que as mudanças paradigmáticas que sociedade espera que ocorra nas universidades públicas não serão de fácil instalação, uma vez que o modelo atual de gestão fundamenta-se numa visão de hierarquização longitudinal de grandes proporções, onde além da divisão do trabalho, são hierarquizados de maneira engessadora do sistema, os poderes vigentes.

Consideramos assim, que mudanças na cultura organizacional encontrarão empecilhos em todos os níveis hierárquicos, principalmente porque o limite entre o público e o particular apresenta-se de forma muito tênue nas estruturas administrativas patrimonialistas e burocráticas, ainda vigente nas universidades brasileiras e também na UFPE, onde qualquer mudança na conformação das faixas hierárquicas do organograma significa perda de “poder” adquirido, por vezes, não por meritocracia, mas por antiguidade.

O limite tênue entre a coisa pública e a particular pode ser verificada *in loco*, quando de nossas visitas aos diferentes acervos de C&T, onde nos deparamos com o acervo do prof. Fulano, o equipamento da professora cicrana, o laboratório, a sala, a biblioteca, o gabinete, os espaços e objetos de propriedade de alguém, raramente da UFPE sob a guarda de alguém.

Registre-se que tal percepção gerencial se percebe claramente durante as visitas e entrevistas realizadas e caracterizam-se pelo pouco interesse dos gestores em receber os pesquisadores e a estes fornecer informações sobre as coleções sob sua guarda, a inacessibilidade a determinados acervos, além da falta de informações adequadas e bibliografia sobre as poucas coleções visitadas.

O maior problema desta postura é o que chamamos de normalização da ação, ou seja, tais posturas são tão naturalizadas no ambiente administrativo da universidade, que são entendidas como “normais” e apreendidas por toda a comunidade envolvida, inclusive a própria instituição que entende como sendo da Prof<sup>a</sup>. Fulana determinada coleção.

Segundo Matias Pereira, o grande desafio dos novos gestores do setor público, neste inseridos as Universidades Federais Brasileiras, é fazer a mudança do paradigma administrativo,

deixando-se de lado o modelo burocrático, patrimonialista e conservador e passando-se a vislumbrar uma universidade mais próxima das demandas da sociedade, contribuindo assim, para diminuir as desigualdades sócio econômicas, fazendo com que os anseios da comunidade acadêmica e da sociedade em geral tramitem com maior fluidez entre os setores e consigam ser atendidas de pronto (MATIAS PEREIRA, 2010 p. 59-64) .

Note-se, entretanto que além da mudança paradigmática, importante também se apresenta, criar mecanismos que indiquem e avaliem a amplitude das ações que forem propostas e efetivamente implementadas, e que auxiliem na avaliação da efetividade das medidas adotadas, permitindo uma readequação das propostas.

## Conclusão

Diante do exposto, podemos entender quão importante se apresenta para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, o desenvolver de uma atenção diferenciada aos acervos de C&T, visando sua salvaguarda e buscando-se releituras e ressignificações, de forma a fomentar o sentimento de pertença entre aqueles que compõe a comunidade acadêmica e o segmento da sociedade envolvida.

Saliente-se também, a importância do fomento ao desenvolvimento dentro dos muros da Universidade Pública Brasileira, entre elas a UFPE, de ações concretas que auxiliem a instituição a adotar o modelo gerencial em seus quadros, promovendo assim uma mudança na cultura organizacional, levando-a a caminhar em busca de resultados, deixando a margem, a cultura da particularização da coisa pública, bem como auxiliando a diminuir a distância existente entre a universidade e a comunidade.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Frederico L. de.; LELLIS, Vera L. M.; SILVA, Cícera H. da. Disponibilização da Memória Técnico Científica do Instituto Nacional de Tecnologia: relato de experiência. VI CINFOM. Salvador (BA): VI CINFOM, 2005. Disponível em: [http://www.cinform.ufba.br/vi\\_anais/docs/FredericoLellisVeraLellis.pdf](http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/FredericoLellisVeraLellis.pdf). Acesso em 05.03.2012.
- BAUDRILLARD, Jean. O sistema de Objetos. 2.<sup>a</sup>ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em 23.09.2012.
- BRASIL. Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia: Relatório da Comissão Especial. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Brasília: CNPq. 2003.
- CRESTANA, Silvério; CASTRO, Miriam Goldman de; PEREIRA, Gilson R. de M.(orgs.).Centros e Museus de Ciência: Visões e experiências: subsídios para um programa nacional de popularização da ciência. São Paulo: Saraiva: Estação Ciência, 1998. 239p.
- DELICADO, Ana. Os Museus e a Promoção da Cultura Científica em Portugal. Sociologia, Problemas e Práticas. (on line). n. 51. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n51/n51a04.pdf>. Acesso em 05.09.2012

GRANATO, Marcus. A importância do Patrimônio de Ciência e Tecnologia no Brasil. Entrevista concedida ao Site da Semana Fluminense do Patrimônio em agosto de 2011. Disponível em: <[http://patrimoniofluminense.tmp.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=143](http://patrimoniofluminense.tmp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=143). Acesso 18.09.2012.

\_\_\_\_\_; CÂMARA, Roberta; MAIA, Elias. Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro: *concepção e resultados preliminares*. XI ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2010) 16p. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/467/310>. Acesso em 28.09.2011.

\_\_\_\_\_; LOURENÇO, Marta (Org.). Coleções Científicas Luso-Brasileiras: Patrimônio a ser descoberto. Rio de Janeiro: MAST, 2010. 382p.

\_\_\_\_\_; MIRANDA, Luiz R. M. de. A restauração na trajetória de um teodolito do acervo do MAST. An. mus. paul. vol.19 no.1 São Paulo. Jan./June 2011. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142011000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142011000100009&script=sci_arttext). Acesso em 14.09.2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos : coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. 256p. -(Museu, memória e cidadania)

HEIZER, Alda. Museus de ciências e tecnologia: Lugares de cultura?. Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência.v.4.nº1. Rio de Janeiro: SBHC, jan/ jun, 2006.p.55-61. Disponível em: [http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas\\_anteriores/2006/1/artigos\\_4.pdf](http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas_anteriores/2006/1/artigos_4.pdf) Acesso em 25.09.2011.

LOPES, Luiz A.C.; BERNARDES, Francesca R. Estruturas Administrativas das Universidades Brasileiras. In: VIII SEMEAD – Seminário de Administração. São Paulo:VIII SEMEAD, 2005. Disponível em: [http://www.ead.fea.usp.br/semead/8semead/resultado\\_trabalhosPDF/50.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semead/8semead/resultado_trabalhosPDF/50.pdf). Acesso em 24.09.2011.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 286p.

OLIVEIRA, Pedro Louvain de; GRANATO, Marcus. Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro: julho 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338404849\\_ARQUIVO\\_ANPUH-PedroLouvain.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338404849_ARQUIVO_ANPUH-PedroLouvain.pdf). Acesso em 16.09.2012.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Trad. Monique Augras. Revista Estudos Históricos. v.5. n.10. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 25.08.2012. p.200-215.

SANTOS, Boaventura de S. Da idéia de universidade a Universidade de idéias. In: \_\_\_\_\_. Pela mão de Alice: O social e o político na pós modernidade. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010. P.187-233.

UFPE – Site institucional: UFPE. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com\\_content&view=article&id=46&Itemid=176&lang=pt](http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=176&lang=pt)>. Acesso em 23.09.2011 .

VIEIRA, Eurípedes F; VIEIRA, Marcelo M. F. Funcionalidade burocrática nas universidades federais: conflito em tempos de mudança. Revista de Administração Contemporânea. Vol. 08. n. 2. On-line version. Curitiba: 2004. p.181-200. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/rac/vol\\_08/dwn/rac-v8-n2-doc1.pdf](http://www.anpad.org.br/rac/vol_08/dwn/rac-v8-n2-doc1.pdf). Acesso: 24.09.2011